

IMPLICAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DECORRENTES DO MOVIMENTO MIGRATÓRIO SAZONAL DOS TRABALHADORES DE TIMBIRAS - MA PARA SÃO PAULO – SP

IMPLICATIONS SOCIECONOMICS RESULTING OF SEASONAL MIGRATORY MOVEMENT OF WORKERS- TIMBIRAS FOR OF SÃO PAULO

Melquezedek Brito Correa

Professor de Geografia da Rede Pública Estadual do Maranhão
melque_geog@hotmail.com

Maria Tereza de Alencar

Doutora em Geografia
Professora Adjunta do Curso de Geografia do CESC-UEMA e da UESPI
Professora do Mestrado em Geografia da UFPI
mtalencar@ig.com.br

Resumo

Em pleno século XXI a sociedade continua sua evolução e os problemas sociais estão cada vez mais latentes. Esta pesquisa apresenta uma contribuição ao debate científico acerca dos processos migratórios internos no Brasil, sobretudo as migrações sazonais inter-regionais. O objetivo principal deste trabalho é analisar as principais causas e consequências decorrentes do movimento migratório sazonal dos trabalhadores de Timbiras- MA para o estado de São Paulo – SP. Dessa maneira, abordar-se-ão os processos que originam a saída destes trabalhadores, como a ausência de trabalho e emprego, a expropriação de suas terras e as implicações decorrentes deste processo na vida destes trabalhadores e no espaço em que habitam – o de origem. Esses trabalhadores são vítimas do processo migratório e da superexploração do trabalho por parte das empresas do Complexo Agroindustrial Canavieiro. O trabalho foi realizado através de pesquisa direta no local de estudo, visando atender aos objetivos propostos e de revisão bibliográfica de obras e trabalhos relacionados à temática. Segundo alguns teóricos consultados, o Maranhão, juntamente com o Piauí, é um dos estados de onde saem mais trabalhadores para o corte de cana em São Paulo. Isso se deve a dois fatores principais, mas não os únicos. Primeiro, as empresas canavieiras precisam de trabalhadores resistentes, jovens e pacíficos. Segundo, os maranhenses que se aventuram na migração são oriundos do trabalho na pequena agricultura familiar e se encaixam perfeitamente no perfil procurado pelas usinas de açúcar. Dos municípios maranhenses, Timbiras se destaca no processo de migração para São Paulo, uma vez que as pessoas são obrigadas a tornarem-se migrantes por falta de trabalho no espaço de origem.

Palavras-chave: Migração sazonal. Exploração do trabalho. Capital. Agroindustrial. Timbiras-MA.

Abstract

In the 21st century society continues its full evolution and social problems are increasingly dormant. This search gives a contribution to the scientific debate about internal migratory processes in Brazil, especially seasonal interregional migrations. Main goal of this paper is to analyse the causes and consequences arising from the seasonal migratory movement of workers – Timbiras MA for the State of São Paulo – SP. In this manner, we will discuss the processes that originate from the output of these workers, as the absence of labor and employment, the expropriation of their lands; and the implications of this process in the life of these workers and the space they inhabit – the source. These workers are victims of the migratory process and overgrazing of the work by firms of Sugarcane Agroindustrial Complex. The work was accomplished through direct search in place of study, aiming to meet the proposed objectives and review of works and thematic-related work. According to some theorists consulted the Maranhão, together with the Piauí, is one of the States where they leave more workers to cut sugarcane in São Paulo. This due to two main factors, but not the only ones. First, companies need workers resistant canavieiras, young and peaceful. Second, the people who venture in the migration come from work on small family farms and fit perfectly in the profile sought by the sugar mills. Municipalities maranhenses, Timbiras excels when it comes to migrating to São Paulo, since these people are forced to become migrants.

Keywords: Seasonal migration. Exploitation of the work. Capital. Agroindustrial. Timbiras-MA.

Introdução

Vive-se em um mundo globalizado e cada vez mais integrado, onde as distâncias materiais e imateriais são cada vez menores. Assim, faz-se necessária a ampliação e sistematização do conhecimento geográfico para uma melhor compreensão das transformações políticas, sociais, culturais e econômicas a que este mesmo mundo está sendo submetido. Diante desta realidade, conceitos e fenômenos da ciência geográfica, tais como desemprego, migrações, trabalho, território e territorialidade precisam ser discutidos para que se entendam suas complexidades no contexto socioespacial em que estão inseridas.

Apesar de muitas indagações já possuírem respostas satisfatórias a respeito dos movimentos migratórios no Brasil, sobretudo no Maranhão, faz-se necessário indagar sobre o objeto de estudo: em pleno século XXI, o que leva os trabalhadores timbirenses a abandonar suas famílias e sua terra natal para migrar para o estado de São Paulo?

O exposto, suscita um questionamento que se reflete em um problema: Quais as implicações socioeconômicas na sociedade timbirenses, procedentes do movimento migratório sazonal dos trabalhadores de Timbiras-MA para o estado de São Paulo?

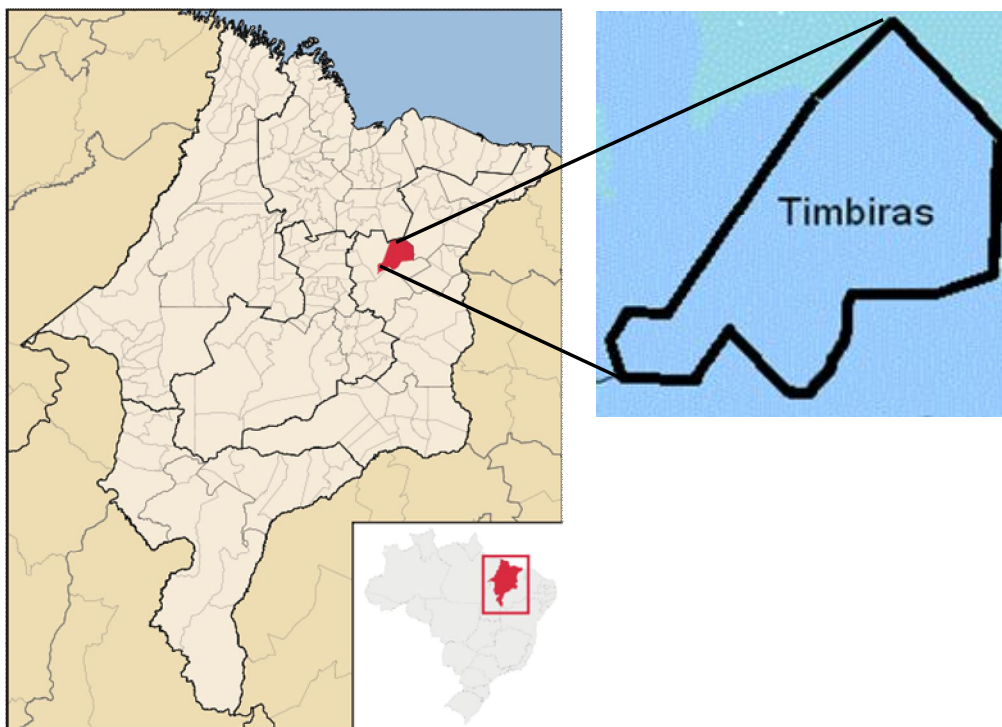
O trabalho tem como objetivo geral analisar as principais causas e consequências decorrentes do movimento migratório sazonal dos trabalhadores de Timbiras-MA para o estado de São Paulo-SP, e específicos: traçar o perfil socioeconômico dos trabalhadores que participam deste movimento migratório; detectar as principais causas responsáveis pela migração sazonal desses trabalhadores para o estado de São Paulo e apontar as consequências provenientes desse movimento migratório, enfocando seus reflexos socioeconômicos para a sociedade timbirense.

O cenário de estudo é a cidade de Timbiras, no estado do Maranhão, Brasil. Uma pequena cidade e, como outras de seu porte, apresenta deficiências políticas, socioeconômicas e estruturais. Nos últimos anos, tem ocorrido um fenômeno interessante na cidade: grande quantidade de trabalhadores emigra para o estado de São Paulo em busca de trabalho e emprego, reduzindo gradual e temporariamente sua população, especialmente a de homens. É interessante, porque esse movimento migratório tem ocorrido sucessivas vezes e nada se tem feito no sentido de amenizá-lo ou diminuí-lo.

Dessa maneira, este trabalho se justifica pela necessidade de se conhecerem as principais causas que fazem essas pessoas se deslocarem para o estado referido, assim tendo como destinos principais as cidades de Pradópolis, Ribeirão Preto e Guariba. De posse destes conhecimentos, foi realizada uma análise das consequências e os reflexos desse deslocamento populacional para a sociedade timbirense, bem como para sua economia.

A presente pesquisa foi realizada diretamente no local de estudo, o município de Timbiras, o qual está a 315 Km da Capital do Estado do Maranhão, São Luís, que, de acordo com a classificação do IBGE, está situado na Microrregião homogênea de Codó, na Mesorregião Leste, também conhecida como região dos Cocais, como se pode observar na figura 1. Segundo dados desse mesmo Instituto, o município possui uma população estimada em 27.997 habitantes e uma área total de 1487 Km² (IBGE 2010).

Figura 1: Maranhão: localização do município de Timbiras-MA



Fonte: CORREA, 2011.

O propósito inicial era entrevistar uma amostra considerável da população desses trabalhadores, porém como houve ausência de dados concretos sobre a quantidade de pessoas que fazem esse movimento migratório e a dificuldade de se mensurar quantitativamente, partiu-se para as instituições e organizações sociais envolvidas nesse processo, tais como CPT (Comissão Pastoral da Terra), Pastoral do Migrante e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da referida cidade. Foi entrevistado o Presidente interino do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Timbiras – MA, a Representante da Diocese (CPT) daquela região e a Representante da Pastoral do Migrante de Guariba, São Paulo. Num segundo momento foi-se em busca da opinião dos migrantes, os verdadeiros agentes envolvidos nesse processo migratório. Foram entrevistados 30 (trinta) trabalhadores migrantes.

Este artigo encontra-se dividido em duas partes. A primeira aborda algumas reflexões acerca do fenômeno das migrações internas no Brasil, estando dividido em quatro tópicos. Os espaços de origem e os espaços de destino: a questão do território;

Migrações, Trabalho e Emprego; Migração x Capital: uma abordagem reprodutivista (este abre uma discussão acerca do CAI canavieiro); Maranhão: lócus da emigração temporária para São Paulo.

A segunda parte trata-se da análise dos resultados obtidos na pesquisa de campo e encontra-se dividida em três subitens. Primeiro, o Movimento migratório sazonal dos trabalhadores de Timbiras- MA para São Paulo. No segundo, analisaram-se os resultados obtidos na primeira parte da pesquisa, quando se reporta às instituições envolvidas direta ou indiretamente nesse processo migratório, como a Comissão Pastoral da Terra- CPT, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Timbiras e a Pastoral do Migrante. No terceiro, estão os resultados obtidos na pesquisa, a partir das entrevistas aos migrantes. E por fim, as considerações finais.

Aspectos das migrações internas no Brasil

Entende-se por migração ou movimentos migratórios, qualquer mobilidade espacial feita pelas sociedades humanas. A migração é um movimento que se configura em dois fenômenos, de um lado tem-se a emigração, quando o movimento é de saída de pessoas de um determinado país ou região; do outro, a imigração, quando o movimento é de entrada de pessoas em um determinado país ou região.

Esses deslocamentos espaciais são motivados por vários fatores, que podem ser de natureza política religiosa, natural ou cultural. Hoje, na era da globalização, mais do que nunca, as migrações se dão por conta do fator econômico: a busca por emprego, por melhores salários, por melhores condições de vida, etc. Diferentemente de épocas anteriores, no decorrer da história, quando os fenômenos migratórios se deram várias vezes por motivos religiosos ou naturais. Com isso, verifica-se uma ampliação dos fluxos de pessoas em especial, dirigindo-se em direção aos países mais desenvolvidos, oriundas de países subdesenvolvidos, o que tem gerado uma série de problemas políticos que ressurgem no mundo atual, sobretudo no Brasil (LOPES, 2001).

A produção intelectual sobre as migrações internas no Brasil, ou sobre a mobilidade espacial da população, de uma maneira geral, tem sido extensa e rica em informações. A migração no Brasil foi um problema que se colocou para os grandes fazendeiros de café da Região Sudeste desde o fim do século XIX. Naquele momento,

caracterizado pelo fim do sistema escravista, a produção cafeeira só pôde vingar graças à importação de mão de obra de outros países. Finda a escravidão, houve, além da força de trabalho estrangeira, o deslocamento de migrantes dos estados do Nordeste e de Minas Gerais caracterizados como diaristas, denominados camaradas, cujas funções eram diferenciadas daquelas dos colonos imigrantes (SILVA, 2008).

De modo geral, a presença desses trabalhadores, como parceiros, meeiros, diaristas, foi constante em toda a fase da economia cafeeira. Muitos residiam com a família nas unidades cafeeiras durante o período do contrato de trabalho e em seguida se deslocavam para outras propriedades. As trajetórias de muitos destes trabalhadores revelam que eles acompanhavam a marcha do café em direção ao Oeste do estado de São Paulo e depois ao Norte do estado do Paraná. Tais deslocamentos não incluíam todo o grupo familiar. Alguns ficavam, enquanto outros partiam (SILVA, 2008).

Singer (1976) salienta que as áreas onde predominam fatores de estagnação são geralmente de população dedicada às culturas de subsistência e que, devido às limitações dessa produção, dado à insuficiência física de terra, às dificuldades de crédito, às dificuldades de comercialização, são áreas produtoras de mão de obra para os latifundiários e, também, de onde procedem importantes fluxos migratórios sazonais. Sobre essa interpretação, pondera-se que tanto os fatores de mudança quanto os de estagnação podem atuar simultaneamente numa determinada área (SILVA, 2008).

Porém, o primeiro fenômeno migratório interno que merece análise científica é o êxodo rural, que começa a ocorrer efetivamente no país entre as décadas de 1940 e 1960. Entendido como sinônimo de migração, o Êxodo Rural passa a ser aceito como deslocamento físico e natural, como realidade dada que só posteriormente seria qualificado como fenômeno social (MENEZES, 2000).

Ao longo da década de 70 do século XX, o Brasil conheceria transformações que não se explicavam apenas pela aceleração da penetração do capitalismo nas esferas produtivas e sociais. Seria a ação do Estado autoritário produzindo as bases necessárias para grandes mudanças sobre o território que traria a possibilidade real da existência de uma série de processos espaciais que, pela primeira vez na história implicaria uma gama variada de fenômenos e fluxos em várias direções do território nacional (MENEZES, 2000).

Na primeira metade do século XX, o fenômeno migratório no Brasil continuou intenso. A partir dos anos trinta, as migrações internas seguiram preferencialmente duas vertentes: os deslocamentos para as fronteiras agrícolas e para o Sudeste. Cabe lembrar que, na maioria dos casos, os deslocamentos para a cidade foram compulsórios, consequência de uma política agrária que fechou a fronteira agrícola, modernizou o trabalho do campo e concentrou a posse da terra (DAMIANI, 1988).

Nesse sentido, as migrações não se resumem à transferência de força de trabalho entre regiões menos desenvolvidas (que são expulsoras) e mais desenvolvidas, onde atuam fatores de atração, ou entre setores arcaicos e modernos, de forma que os agentes sociais aparecem como seres passivos de um processo determinado exteriormente pela estrutura social, ou pelo processo de acumulação capitalista (SILVA, 2008).

Vale ainda dizer que os agentes sociais da migração, “os migrantes”, não se autodenominam como tais, mas como trabalhadores, colonos, pequenos proprietários, serventes de pedreiro, moradores, garimpeiros, enfim, como sujeitos que, para garantir a própria sobrevivência e de sua família, produzem estratégias, tanto no “lugar de origem”, como no “lugar de destino”.

Eles não são agentes passivos dos fatores de “expulsão” ou “atração”, mas participam ativamente de um processo, que não é exatamente o processo migratório, mas sim o de reprodução das suas condições de vida. Igualmente, a questão migratória precisa ser analisada sob a ótica da dialética das contradições da reprodução camponesa e até mesmo da recriação de novas formas de sobrevivência por meio de luta pela terra e dos assentamentos rurais.

Os espaços de origem e de destino: a questão do território

Ao habitarem em determinado espaço, estabelecendo nele relações de poder e soberania, bem como uma organização socioespacial desse espaço, as sociedades humanas estão territorializando-o. Porém, como afirma Duarte e Lúzio (2004) o território não se refere apenas à dimensão concreta e material, mas também a um campo de forças, de relações de poder e social, que se projeta no espaço.

Ainda para esses autores:

O território pode assumir diversos significados em cada formação socioespacial. Sua gênese, dinâmica e diferenciação admitem características específicas que são resultantes das distintas dimensões envolvidas em sua constituição e manutenção, isto é, a dimensão física, a econômica, a simbólica e a sociopolítica. Podemos observar que o território, em sua dimensão simbólica, está repleto de significados afetivos para o indivíduo por estar vinculado à construção da história individual e coletiva. É suporte e produto da formação da identidade, pois nele são suscitados os sentimentos de pertencimento, enraizamento e especificidade (DUARTE e LÚZIO, 2004, p. 6).

Para Santos (2008), cada lugar possui suas particularidades e especificidades as quais convergem com a sociedade que ali habita. Diferente não é com o território, uma vez que é resultado das relações sociais mantidas em determinado espaço, onde são mantidas relações de identidade cultural, de pertencimento e de enraizamento.

No processo migratório estão envolvidos dois espaços distintos: o de origem e o de destino, os chamados territórios migratórios (SILVA, 2008). Quando, porém esses deslocamentos são do tipo sazonal, essa distinção tende a ser minimizada.

Dessa maneira, tanto o território de origem quanto o espaço de destino apresentam relações dependentes no que tange aos arranjos e rearranjos espaciais que são imbricados em decorrência desse constante movimento de ida e volta do migrante, tais como territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos espaços (OLIVEIRA, 2010).

Para essa mesma autora, a territorialidade é apreendida aqui como sendo vinculada às relações de poder, como um recurso que pode ser estrategicamente manipulado e modificado conforme o grupo social e seus interesses num dado contexto histórico e geográfico (OLIVEIRA, 2010). Isso se afirma porque o processo migratório modifica e reestrutura as relações sociais e espaciais dos dois espaços envolvidos.

Essas transformações já não são mais isoladas em cada espaço. E quem sente todas essas modificações é o agente principal desse processo, o migrante. Na vida dele se manifesta toda sorte de elementos resultantes ou causadores da migração tais como, concentração fundiária, falta de emprego e ausência de políticas públicas destinadas ao apoio dessas pessoas (SILVA, 2008).

Fato interessante é a relação entre os que migram e os que ficam, tanto na saída quanto no retorno. Usualmente os que vão, são homens- os chefes de famílias ou jovens na idade produtiva. Após o trabalho na região de destino, o migrante retorna ao lar,

moldado por uma série de valores sociais diferentes dos seus. Vê-se isso no modo de falar, vestir e se comportar. Às vezes recusam ou ignoram os valores da sociedade de origem. Muda também a mentalidade, pois acreditam estar “ressocializados” ou inseridos na modernidade. Dessa forma, a família se desestrutura ao mesmo tempo em que se reestrutura com o duplo papel da mulher, pai e mãe ao mesmo tempo (MARINHO, 2007).

Assim, para Martins (2002), o migrante é aquele que coloca temporariamente entre parênteses o sentido de pertencimento e, voluntariamente, sujeita-se a situações de anomia, de supressão de normas e valores sociais de referência. E segundo Silva, esse migrante:

É considerado sob dois aspectos: primeiro, trata-se de um trabalhador produzido no seio de determinadas relações sociais, resultantes de processos de violência e expropriação. Segundo, acha-se inserido numa realidade social que ao mesmo tempo pode vir a se desestruturar com o processo migratório (SILVA, 2008, p.5).

Há de se considerar que não só o econômico é preponderante nesta análise, o social também influi e é influenciado nesse processo. Mas devido à necessidade de complementaridade da renda e a ânsia pela construção de um modo de vida digno, essas pessoas migram quase sempre dispostas a aceitar situações degradantes de trabalho, humilhações pelas más condições de vida.

As condições em que muitos desses trabalhadores chegam até as empresas agroindustriais canavieiras de São Paulo são seriamente questionadas. Muitos deles viajam em condições subumanas, de forma clandestina, agenciados por “gatos”, em ônibus clandestinos e camuflados para que ninguém consiga descobrir. Muitas denúncias são feitas junto aos órgãos de representação e apoio aos trabalhadores migrantes (como CPT, Pastoral do Migrante, entre outros) de casos como esses, mas nem sempre é possível efetuar a abordagem e o flagrante.

Os trabalhadores são muitas vezes discriminados pelo conjunto da sociedade e pelo poder público, que veem nos mesmos uma ameaça à tranquilidade da população local. Eles sofrem preconceito dos trabalhadores residentes no local, que se sentem ameaçados em seus postos de trabalho. Em outras palavras, di-se-ia que os

trabalhadores residentes nos municípios canavieiros paulistas, resistem à chegada dos migrantes por acreditarem que estes vêm para tirar seus empregos.

A mobilidade territorial é fruto do desenraizamento social e econômico que os migrantes sofrem em seus locais de origem. Esses trabalhadores além de ser expropriados de suas terras e privados de condições básicas de subsistência junto de suas famílias, ao migrarem para as principais frentes canavieiras são transformados em seres, cuja condição humana lhes é negada. Além de ser superexplorados no processo de trabalho, sofrem ameaças, retaliações e têm seus direitos trabalhistas e de cidadãos negados (MARTINS, 2002). O autor diz ainda que se deve não só pensar a migração como deslocamento espacial de populações, mas também considerar que em cada deslocamento espacial há um deslocamento social.

O espaço urbano já não oferece muitas alternativas de vida, está perdendo seu poder de ressocialização. É nas cidades que se verificam com maior nitidez os problemas sociais típicos do capitalismo. Assim, no passado, as migrações se baseavam no fato de que em algum momento o migrante iria ser recompensado na região de destino. Ou seja, “era fuga de um passado ruim para um futuro próspero”, embora nem sempre ocorresse dessa forma.

Na atualidade, as migrações se caracterizam por um cenário oposto: o próprio ato de migrar já é concebido como uma perda, exclusão e fim (MARTINS, 2002). Os migrantes vão desde o início definindo formas conflitivas, antagônicas e de aceitação na sociedade de destino. A aceitação dos migrantes no espaço de destino no que concerne ao mercado de trabalho irá conflitar com as novas tecnologias e inovações no processo produtivo. Muitos desses migrantes não têm qualificação profissional suficiente e acabam à margem da “sociedade de adoção”, proliferando a exclusão e as diversas formas de ocupação desordenada do espaço.

Migrações, Trabalho e Emprego

O tema das migrações é associado, com frequência, à questão do trabalho, sobretudo no que diz respeito às motivações do ato migratório e suas implicações. Acredita-se, comumente, que o desempregado migra em busca de emprego, o trabalhador à procura de salários mais justos, o profissional qualificado em busca de

oportunidades de trabalho na sua área de formação. Inclusive os participantes dessa pesquisa afirmam buscar trabalho e emprego nos locais de destino, uma vez que em seus lugares de origem não há esses elementos.

Tratando desses temas, faz-se necessária uma diferença entre o conceito de trabalho e o de emprego. Para uma explicação mais simplista quando se fala de trabalho reporta-se à histórica relação homem/natureza, onde o primeiro transforma a segunda através do trabalho. Essa discussão não é recente, pois permeia todo o caminho da história das ciências, principalmente das humanas, no sentido de sua interação e de superação dos discursos impostos (CAMPOS, 2006). O trabalho resulta da relação homem/homem, uma vez que é uma atividade social, daí trazer em sua gênese relações de domínio entre os indivíduos.

No modo de produção capitalista, o trabalho é atividade produtora imediata de valores de uso para os trabalhadores, reduz-se à mercadoria, força de trabalho e tende a se confundir com emprego (NEVES et al., 2008). O trabalho consiste em qualquer atividade econômica que o homem realiza para suprir suas necessidades biológicas ou sociais. E ainda, um esforço humano dotado de um propósito e envolve a transformação da natureza através do dispêndio de capacidades físicas e mentais. Faz parte do processo de evolução do ser humano, como afirma Neves, (apud ENGELS), o trabalho começa com a elaboração de instrumentos. (NEVES et al., 2008).

Já o emprego é a relação estável e mais ou menos duradoura, que existe entre quem organiza e quem realiza o trabalho. É uma espécie de contrato no qual o possuidor dos meios de produção paga pelo trabalho de outros que não são possuidores desses meios de produção. E pode se dar em caráter temporário ou permanente (NEVES et al., 2008).

Na era da globalização, faz-se necessária uma análise mais apurada desses conceitos para relacioná-los com o fenômeno migratório em estudo. Entende-se que os processos de tecnificação e modernização da atividade produtiva imbricaram muitas transformações na disponibilidade e oferta de emprego. Dessa maneira, muitos trabalhadores assalariados em diversas regiões do globo, principalmente aquelas abarcadas pelo processo de modernização, perderam suas atividades ou funções nas empresas, gerando uma situação de desemprego em todos os países do mundo.

Assim, para Mattoso (2000), a relação entre inovação e emprego sempre foi complexa, quando não conflituosa. Mas nesse quadro econômico internacional, essa relação parece assumir uma forma ainda mais complexa e conflituosa e, talvez por isso mesmo, sujeita a simplificações (MATTOSO, 2000). Por um lado, as inovações tecnológicas podem causar desemprego estrutural, o que ocorre devido à incapacidade de acompanhamento do progresso técnico; por outro, pode implementar a capacidade produtiva e aumentar a produtividade do trabalho. Sem contar que o trabalhador pode se tornar multifuncionalizado, ou seja, exercer várias funções ao mesmo tempo.

Existe alguma relação de trabalho e emprego com as migrações? Pode-se afirmar que sim, uma vez que a maioria dos atores dos processos migracionais saem de suas regiões de origem devido à inexistência de ofertas de trabalho e emprego ou ainda, pela precarização das formas de trabalho. Vale sublinhar, ainda, que as empresas de construção civil e os serviços em geral preferem, em não poucos casos, contratar a mão de obra temporária. Ela se adapta perfeitamente à oscilação da demanda nos setores apontados e, além disso, isenta a empresa dos encargos sociais mais onerosos e permanentes.

É comum, nas regiões de origem, referir-se às mulheres como “viúvas de maridos vivos”, as quais, na ausência dos homens, têm de assumir, além da responsabilidade da casa e da família, o trabalho na roça. Os trabalhadores migrantes permanecem em alojamentos provisórios e precários nos locais de destino e apresentam em geral uma situação extremamente precária de vida e trabalho (GONÇALVES, 2001).

Migração x Capital: uma abordagem reprodutivista

Para Campos (2006), o capital é uma relação social que pressupõe o trabalho assalariado e, para que seja constituída torna-se necessária a expropriação do trabalhador de seus meios de produção. Essa relação é interessante porque o homem que possui meios de produção não se sujeita às imposições do capital, nem necessita vender sua força de trabalho. Porém o próprio capital necessita de seus meios de reprodução, os quais se tornam inviáveis sem a exploração da força de trabalho, implicando muitas vezes deslocamentos humanos pelo espaço rumo a áreas produtoras e desenvolvidas.

Para Azevedo e Thomaz Junior (2008), as migrações dos trabalhadores são uma condição vital para a reprodução do capital. Ou seja, a presença desses migrantes nos

canaviais paulistas é de suma importância para a reprodução das relações de trabalho nesses locais, contando ainda que os trabalhadores são alvos de grupos agroindustriais que encontram neste contingente expropriado a solução para suas necessidades, seja no momento do preparo da terra, do plantio da cana de açúcar, nos tratamentos culturais ou na colheita, valendo-se dos sonhos destes trabalhadores (AZEVEDO e THOMAZ JUNIOR, 2008).

Segundo Santos (2008):

(...) a expansão do chamado capital tecno-científico leva à expansão de um grande número de residentes tradicionais e à chegada de mão de obra de outras áreas. Na medida em que as exigências da produção são outras, diferentes da produção tradicional, visto, também, que o investidor distante necessita de um controle político mais estreito dessa mão-de-obra, ele é obrigado ou prefere transplantar mão-de-obra de fora. Seja qual for o caso, há um deslocamento: primeiro do mercado de trabalho, e, em seguida, muitas vezes, um deslocamento geográfico, conduzindo os trabalhadores ou proprietários até então presentes a migrarem para outras áreas. Essa migração se dá em consequência da incapacidade financeira de continuar sendo proprietário ou investidor ou da incapacidade técnica para exercer as novas funções (SANTOS, 2008, p.63)

Milton Santos (2008) resume muito bem a relação das migrações versus capital. Primeiro, o capital nunca é desperdiçado, sempre é aplicado objetivando um retorno e o investidor ou proprietário sabe disso. Segundo, o capital somado ao potencial técnico do lugar é capaz de estruturar ou reestruturar as forças produtivas de uma região e com isso torná-la mais atrativa pela mão de obra que outras regiões. Em consequência disso, a localização do capital tem sido nas últimas décadas um fator determinante no direcionamento das correntes migratórias, sobretudo no Brasil.

Nesse sentido, o processo migratório no Brasil e diversas regiões do globo assumem uma nova interface. Deixa de ser um simples deslocamento populacional motivado por fatores de repulsão e atração e passa a atender à lógica do capital, do lucro e da superexploração do trabalho. O migrante deixa de ser um indivíduo e passa a ser mão de obra, força de trabalho, qualificada ou não. No Brasil, começa-se a verificar tal realidade com a expansão das fronteiras agrícolas no Centro-Oeste, na Amazônia e no Sudeste. De uma forma ou de outra, a economia de exportação ainda impera no país, sustentando os fluxos inter-regionais e interestaduais do trabalho migrante.

A expansão e o desenvolvimento do agronegócio canavieiro no Brasil vem provocando a desterritorialização de algumas unidades- espaços- e, sobretudo de capital de um estado para outro ou de uma região do país para outra, gerando nos locais a que se destinam as unidades fabris e o capital um processo de reterritorialização, ou seja, uma reordenação do espaço produtivo desses lugares.

Em virtude das tendências e perspectivas que vêm se apresentando para o setor a partir do ano 2000, a geografia da cana no Brasil está mudando significativamente e com ela muda também a geografia do trabalho. Até há alguns anos, a mão de obra que migrava para os canaviais paulistas era advinda do norte de Minas Gerais e de alguns estados do Nordeste (Alagoas, Pernambuco, Piauí, Paraíba e Bahia). Hoje, essa realidade também mudou. Já se encontram muitos trabalhadores maranhenses, piauienses e potiguares trabalhando nos canaviais de São Paulo, inclusive há a predominância dos dois primeiros grupos.

O CAI – Complexo Agroindustrial Canavieiro

O Brasil, ao longo de seu processo de formação econômica até meados de 1970, foi um país essencialmente agroexportador, ou seja, tinha nos produtos primários sua principal competitividade em frente ao comércio internacional. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a expansão das multinacionais pelo mundo, em especial pelos países subdesenvolvidos, esses países, principalmente o Brasil, Argentina, México e Índia tiveram que adaptar seus parques produtivos às novas transformações do mercado mundial.

No Brasil ocorreu o chamado modelo de substituição de importações, onde os capitais originários do exterior durante o milagre econômico brasileiro e o período militar foram em grande parte canalizados para o fortalecimento do parque industrial brasileiro. O Brasil já passa a concorrer na nova Divisão Internacional do Trabalho- DIT como um país subdesenvolvido industrializado, exportador também de produtos manufaturados.

Nesse cenário, desde o período colonial, o Brasil teve vários produtos que se configuraram em sua base econômica. A cana de açúcar e os minérios, no período colonial, o café, no período imperial e a soja e o etanol, na atualidade. Dos produtos citados, a cana de açúcar foi o que perdurou por mais tempo e nos dias atuais ganha destaque. O mundo está passando por um processo de ecologização. A necessidade de

diminuir as emissões de gases poluentes na atmosfera aumenta a demanda por etanol em detrimento dos combustíveis fósseis, que são mais poluentes.

O CAI - Complexo Agroindustrial Canavieiro se destaca nas regiões produtoras de cana de açúcar e seus derivados, principalmente com a produção do açúcar e do etanol. Abrange principalmente os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, no Sudeste, e Goiás e Mato Grosso, no Centro-Oeste.

Segundo Alves (2007) o CAI canavieiro viveu um período de crescimento bem acentuado em 1960, com a crise de produção do açúcar cubano. Nesse momento, o açúcar era o produto mais procurado. Ocorreu ainda um incipiente processo de modernização das usinas, aumentando a capacidade de moagem e de área plantada (ALVES, 2007).

Durante o milagre econômico, o CAI canavieiro passou por um período de tensão, provocado pela possibilidade de falta de mão de obra para o trabalho braçal nos canaviais para que o complexo mantivesse sua expansão. Isso se deu, conforme Alves (2007), porque o processo de modernização foi parcial e não atingiu todas as áreas de produção e o processo produtivo da cana de açúcar, atingiu apenas a fase de preparo do solo, enquanto o plantio e o corte continuaram manuais.

Para Alves (2007), a fase de colheita se processa em três fases, a saber: corte, carregamento e transporte. Os atores do estudo em pauta se encaixam na primeira fase, por isso realiza-se uma descrição detalhada dos processos de corte e trabalho no complexo canavieiro.

Para o mesmo autor, o processo se inicia com a definição do chamado eito, que é um retângulo com 8,5 m de largura por um comprimento que varia de um trabalhador para outro. O comprimento será verificado no final do dia, na contagem da quantidade de metros cortados de cana por cada trabalhador. Dentro desse retângulo há 5 ruas ou fileiras de cana plantada, que distam 1,5m cada uma da outra.

Ainda para o mesmo teórico:

Depois de definido o eito que caberá a cada trabalhador, inicia-se o processo de trabalho no corte de cana. No início da atividade, o corte deverá se iniciar pela linha central do eito (3ª linha) em que será depositada a cana cortada de todo o eito. Para o corte, o trabalhador abraça um feixe de cana (contendo entre cinco e dez canas) curva-se e flexiona as pernas para cortar a base da cana. O corte da base tem que ser feito bem rente ao solo, por que é no pé da cana que se encontra a sacarose. O corte rente ao chão não pode atingir a raiz para não atingir a rebrota (ALVES, 2007, p. 31)

O trecho acima descreve o processo de corte da cana. Observa-se que embora seja um trabalho braçal, exige algumas regras que refletem o processo de seleção dos trabalhadores. Com o processo de modernização e mecanização da atividade canavieira, experimentado nas décadas de 70 e 90 do século passado, o corte da cana deixou de ser apenas manual ou tradicional, passando a ser mecanizado em muitas usinas. Em outras há os dois tipos de corte, isso dependerá da estratégia da usina.

Maranhão: lócus da emigração temporária para São Paulo

A migração dos trabalhadores maranhenses coincide com a expansão da lavoura da cana de açúcar no Brasil no final do século XX, e ocorre em direção às diversas unidades da federação, principalmente, rumo à Zona da Mata e à região Sudeste.

Segundo Alves (2007) o Maranhão, juntamente com o Piauí, é o estado do Nordeste de onde saem mais trabalhadores rumo ao CAI canavieiro paulista. Esse mesmo autor ressalta que essa predominância de maranhenses e piauienses se efetivou a partir da década de 1990 do século passado devido à transformações ocorridas no processo de produção e na organização do trabalho agrícola, tanto no local de destino quanto na origem. Assim descreve:

É necessário deixar claro que a migração em massa desses trabalhadores do Maranhão (e piauienses) é um movimento determinado pela expulsão, isto é, os trabalhadores migram quando as condições de reprodução em seus lugares de origem encontram-se comprometidas. (...) No Maranhão e no Piauí, e em outros estados do Nordeste, as crianças e os jovens são criadas segundo as tradições da pequena agricultura familiar na qual a produção é resultado do trabalho família, onde participam os adultos, os idosos, as crianças e os jovens. (...) (ALVES, 2007, p. 44)

O trecho acima sintetiza alguns fatores responsáveis pela migração em massa dos trabalhadores do Maranhão rumo ao CAI canavieiro paulista. Em uma análise estrutural, essa migração se dá, sobretudo pela expulsão desses trabalhadores de seu espaço de origem pela ausência das condições necessárias à sobrevivência, tais como desapropriação de suas terras ou ausência dessas, ausência de políticas públicas efetivas e falta de trabalho. Assim esses trabalhadores se veem obrigados a deixar sua terra rumo a outro local em busca de sobrevivência.

A maioria desses trabalhadores são “adaptados” a certas atividades braçais- são pouco qualificados para atividades dos setores mais modernos da economia- e por isso se “encaixam” perfeitamente no perfil de trabalhador buscado pelas usinas. São resistentes e suportam ser submetidos a extremas condições de trabalho, em detrimento dos trabalhadores locais, que são pouco preparados para o corte de cana.

Essa resistência se deve ao fato de essas pessoas, desde cedo serem criadas trabalhando na roça, na agricultura tradicional e de subsistência, o que carece de força e resistência. Porém o ritmo desse trabalho é ditado por eles mesmos, que sabem quando devem parar. Já no corte de cana, o ritmo quem diz é a usina, uma vez que o ganho é por produtividade. Logo, essas pessoas, mesmo no extremo de suas forças, continuam, pois parar significa diminuir o ganho.

A partir de 1990, o CAI canavieiro passou por transformações na organização da produção, aumentando ainda mais a produtividade do trabalho e diminuindo o salário dos trabalhadores. Isso devido à incorporação de novas tecnologias, o que alterou a dinâmica do mercado de trabalho tornando – se necessária uma “renovação” do corpo de funcionários da empresa (NOVAES, 2007). Assim, o trabalhador passou a ser mais “selecionado”.

Dessa maneira, os trabalhadores oriundos do Nordeste, especialmente do Maranhão e Piauí, estão mais aptos às novas exigências do corte de cana, em termos de produtividade, dispêndio de energia e baixa remuneração (ALVES, 2007).

Há de se ressaltar que esses trabalhadores que emigram do Maranhão não têm como destino apenas o estado de São Paulo, migram também para outras unidades da federação, como o Pará, Mato Grosso e Goiás. Segundo o Grupo de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho, Pará e Mato Grosso são os dois estados do país onde foi detectado maior número de trabalhadores em situação análoga à de escravo, inclusive trabalhadores provenientes do Maranhão e Piauí.

O movimento migratório sazonal de trabalhadores de Timbiras – MA para São Paulo – SP

O município de Timbiras está localizado a 315 Km da Capital do Estado do Maranhão, São Luís que, de acordo com a classificação do IBGE, está situado na

microrregião homogênea de Codó, na Mesorregião Leste do estado, também conhecida como região dos Cocais. Segundo dados desse mesmo Instituto, o município possui uma população absoluta de 27.997 habitantes. Desse total, 17.471 pessoas residem na zona urbana e 10.526 vivem na zona rural. Conforme os dados acima, pode-se inferir que, de acordo com os critérios tradicionais, Timbiras é um município urbanizado, uma vez que sua população rural é inferior à urbana.

A economia de Timbiras está articulada em torno dos rendimentos oriundos da atividade agrícola e dos recursos transferidos pela União (CARNEIRO E SOARES, 2009). Há ainda outra importante atividade econômica, a exploração do babaçu. Devido às suas várias utilidades, o cultivo dessa *palmácea* ainda é responsável direto pelo sustento de muitos timbirenses, especialmente aqueles que habitam a zona rural.

Dois setores se destacam na economia timbirenses, o primário e o secundário. Ligadas ao setor primário está a prática de pequena agricultura familiar, a tradicional e a extração do babaçu. Ligado ao terceiro setor está o pequeno comércio que se desenvolve na cidade, o qual ocupa uma pequena parcela da população.

Usualmente, a maioria dos trabalhadores que saem de Timbiras se deslocam em direção às safras agrícolas dos estados do Sudeste, tendo como principal destino São Paulo, e são obrigados a passar vários meses longe das famílias, trabalhando em condições extremamente precárias. Entre eles não são raros os casos de trabalho escravo, decorrente de dívidas que contraíram pelas despesas de viagem, o aluguel da moradia, a compra dos instrumentos de trabalho e da comida, sendo que muitas vezes não recebem o combinado com seus contratantes. Há quem considere os deslocamentos sazonais não uma migração periódica, mas um estado constante de migração (MARINUCCI E MILESI, 2002).

De fato, o trabalhador sazonal sente-se estranho, seja no lugar de trabalho, que troca com muita frequência, seja no próprio lar, pelas longas ausências e as novas experiências. Em decorrência desse fato, pode-se dizer que os migrantes sazonais não têm pátria.

A maioria dos trabalhadores que vão para São Paulo são pessoas que não têm como sustentar suas famílias, (grandes, ainda é uma característica típica dos timbirenses) com o pouco que ganham na agricultura, (uma vez que o município não

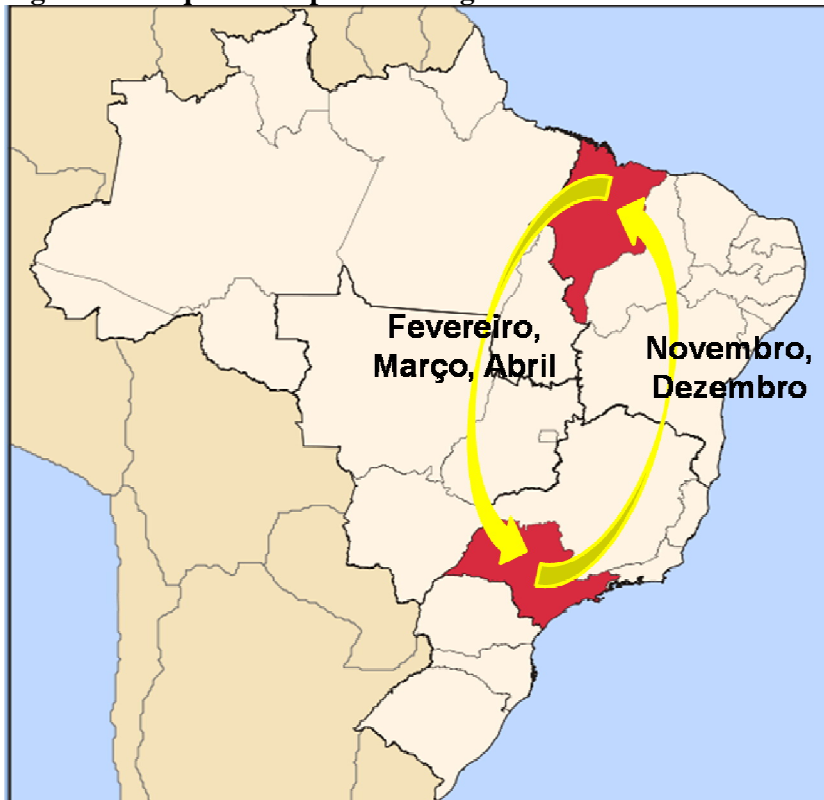
apresenta condições e nem estrutura econômica para mantê-las na sua terra) atuarão como mão de obra para o corte de cana.

No caso específico dos trabalhadores do município de Timbiras, a saída deles decorre principalmente da ausência da oferta de trabalho, emprego e políticas assistencialistas, não sendo um caso exclusivo apenas do município em questão, mais da maioria dos municípios maranhenses e outros estados do Nordeste, como é apontado nos Anais do 6º Congresso Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do estado do Maranhão:

A inexistência de políticas públicas que garantam a permanência desses (as) trabalhadores (as) no cultivo da terra forçou a migração de centenas de pessoas, principalmente homens que acabam ingressando no trabalho degradante ou mesmo escravo em outras unidades da federação, tais como São Paulo, Bahia, Minas Gerais e outros (2006, p.104).

A professora e pesquisadora Silva (2008) se refere a esse movimento migratório como sendo uma migração permanentemente temporária. Isso se deve ao fato de ocorrer todos os anos, sempre iniciando nos primeiros meses do ano, normalmente fevereiro, março e abril e finalizando nos últimos meses, Novembro e Dezembro, quando termina a safra (SILVA, 2008, p. 1), conforme a figura 2.

Figura 2 – Esquema do processo migratório Maranhão-São Paulo



Fonte: CORREA, 2011

Para essa mesma autora, em razão das inúmeras migrações que, muitas vezes, não se destinam para os mesmos lugares, a vida desses trabalhadores assemelha-se àquelas do voo das andorinhas, que partem em busca de alimentação e melhores condições climáticas, retornando ao local de origem assim que a sobrevivência seja garantida (SILVA, 2008).

Resultado da entrevista com os representantes das Instituições envolvidas no processo migratório

Neste item apresentam-se os resultados da entrevista realizada com o Presidente interino do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Timbiras- MA, a Representante da Diocese (CPT) daquela região e a Representante da Pastoral do Migrante de Guariba, São Paulo, visando obter informações para consecução dos objetivos propostos.

Buscou-se conhecer a procedência dos trabalhadores migrantes, se eles moravam na zona rural ou urbana. Todos os entrevistados afirmaram que a maior parte desses trabalhadores é proveniente da zona rural, porém moram na cidade de Timbiras. Isso demonstra o processo de expropriação da terra e a falta de acesso ao trabalho, pois, por não encontrar soluções no município, iniciam o processo de migração rumo a São Paulo.

Procurou-se saber as consequências socioeconômicas provenientes desse movimento migratório na cidade de Timbiras. Conforme se observa no quadro 1, os impactos negativos vão desde a carência de mão de obra na cidade, desestruturação das famílias, uso de drogas e o contágio de doenças como a AIDs. Como aspectos positivos tem-se a movimentação da economia do município com a renda obtida quando retornam à cidade, movimentando o comércio local.

Quadro 1: Consequências da migração temporária para o município de Timbiras-MA

ENTREVISTADO	RESPOSTA
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Timbiras	Prejudica a mão de obra da cidade na saída; Movimenta a economia da cidade com a renda obtida pelos trabalhadores no local de destino.
Comissão Pastoral da Terra	Força de trabalho super-explorada; Desestruturação das famílias; Drogas; Doenças como AIDs.
Pastoral do Migrante	As usinas se beneficiam; Casas comerciais; Área social.

Fonte: Pesquisa direta, novembro de 2010.

Procurou-se saber qual a principal fonte de renda desses trabalhadores no local de origem. Detectou-se que vivem da agricultura, sobretudo de subsistência, cultivando o arroz, o milho, a mandioca, entre os principais produtos; do salário paga aos canavieiros. Quadro 2. Dessa maneira, infere-se que não existe vínculo empregatício do trabalhador com seu local de origem, uma vez que o mesmo não oferece estabilidade econômica, nem um “ganho” fixo, o que aumenta ainda mais a necessidade de migrar.

Quadro 2: Fonte de renda dos trabalhadores envolvidos no processo migratório.

ENTREVISTADO	RESPOSTA
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Timbiras	Agricultura de subsistência: arroz, milho e mandioca
Comissão Pastoral da Terra	Salário da categoria dos canavieiros
Pastoral do Migrante	Salário proveniente do trabalho nas usinas de açúcar

Fonte: Pesquisa direta, novembro de 2010.

Quanto aos motivos pelos quais esses trabalhadores migram, as respostas se concentram em um único foco, a ausência de políticas públicas eficientes e de amparo aos migrantes por parte do poder público. Porém a grande preocupação desses trabalhadores é a família, e eles só vão buscar complementação da renda familiar e “melhoria das condições de vida”, porque não encontram trabalho ou emprego no município. Quadro 3.

Quadro 3: Motivos que levam os trabalhadores à migração temporária

ENTREVISTADO	RESPOSTA
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Timbiras	Falta de incentivo por parte do poder público; Ausência de políticas públicas
Comissão Pastoral da Terra	Vão em busca de trabalho Concentração fundiária
Pastoral do Migrante	Desejam melhores condições de vida à família; Não encontram trabalho e emprego no município

Fonte: Pesquisa direta, novembro 2010.

Procurou-se saber se a cidade de Timbiras oferece condições de trabalho e emprego. Segundo os entrevistados, a cidade não oferece tais condições, em virtude da omissão do poder público. Grande parte da população local vive da agricultura, da coleta da amêndoa do coco babaçu ou de recursos da União (Fundo de Participação dos Municípios- FPM), os que são os funcionários da prefeitura.

Indagou-se sobre o tempo em que esses trabalhadores ficam no local de destino, e segundo os entrevistados, eles ficam “por lá” de 6 a 9 meses, em virtude de serem trabalhadores “safristas”, ou seja, só trabalham no período da safra da cana (corte da

cana). Muitos acabam levando suas famílias e, com o tempo, acabam ficando um tempo maior que vai de 3 a 4 anos. Porém o foco da pesquisa são os trabalhadores sazonais.

Ao indagar-se sobre a renda obtida no local de destino, durante o período de trabalho, responderam que recebem de R\$ 730,00 a R\$ 950,00 mensalmente. (Quadro 4). Considerando que o tempo médio que lá ficam é de 7,5 meses, o valor aproximado da renda obtida em todo o período de estada no território de destino é de R\$ 6.300,00. Isso é o mínimo, se consideradas as condições a que são submetidos esses trabalhadores, pois segundo depoimentos e documentários, eles têm que cortar de 9 a 10 toneladas de cana ao dia.

Quadro 4: Renda obtida durante o período de trabalho na atividade canavieira.

ENTREVISTADO	RESPOSTA
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Timbiras	R\$ 800,00/mês
Comissão Pastoral da Terra	Não respondeu
Pastoral do Migrante	Varia de R\$ 730,00 a R\$ 950,00/mês

Fonte: Pesquisa direta, novembro de 2010.

Considerando que o valor do salário mínimo em 2010 era de R\$ 510,00, a renda mensal dos trabalhadores migrantes na atividade canavieira era de 1 salário e meio mensal, considerado baixo para o volume de trabalho realizado. No entanto, se comparado a renda que recebem ou não no município de origem torna-se significativa para atender as necessidades básicas de alimentação da família mesmo que de forma sazonal.

Questionou-se sobre a aplicação da renda obtida durante o período de trabalho no lugar de destino. Segundo os entrevistados, a renda é canalizada na melhoria de vida do migrante e de seus familiares, na mobília da casa, na compra de um terreno ou de um veículo motorizado- motocicleta é o sonho de consumo do trabalhador e principal meio de transporte da família. Nota-se que grande parte dos “ganhos” fica mesmo no local de destino, em pagamento de aluguéis, água e energia.

Quadro 5: Aplicação da renda obtida na atividade canavieira.

ENTREVISTADO	RESPOSTA
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Timbiras	Obtenção de móveis da casa; Compra de motocicletas; Complementam a alimentação
Comissão Pastoral Terra	Construção de moradias; Compra de um lote de terra; Compra de motocicletas e eletrodomésticos.
Pastoral do Migrante	Gastos com aluguel, água e energia no local de destino; Compra de eletroeletrônicos

Fonte: pesquisa direta, novembro de 2010.

Indagou-se ainda se existem fatores positivos nesse processo migratório para os envolvidos no movimento e também para a sociedade timbirense. As respostas giram em torno da aquisição de bens de consumo com a renda obtida, do intercâmbio cultural entre os territórios de origem e os espaços de destino (muitas vezes os migrantes nem têm noção disso), da certeza ou da ilusão de ascensão social e, ainda, do fator econômico, pois de certa forma, o comércio da cidade, na volta desses trabalhadores é movimentado e, conseqüentemente, a economia do município de Timbiras.

Concepção dos migrantes entrevistados sobre as implicações socioeconômicas da migração sazonal de Timbiras-MA para São Paulo

Na segunda parte da pesquisa, realizou-se entrevista com 30 trabalhadores migrantes, quando procurou conhecer a sua realidade, traçando o perfil socioeconômico, mostrando sua relação com o espaço de origem e com os espaços de destino. Buscou-se identificar ainda os principais motivos que fazem esses trabalhadores se deslocarem rumo a São Paulo.

De acordo com a tabela 1, pode-se inferir que as pessoas que participam desse movimento migratório sazonal são, sobretudo, jovens de 19 a 29 anos. Isso se dá em virtude de esses trabalhadores, no auge de sua força física, serem preferidos pelas empresas do CAI canavieiro paulista. E, ainda, porque o local de origem, como eles mesmos dizem, “é fraco, não tem ganho”.

Tabela 1 – Idade, Escolaridade e Estado Civil dos Migrantes.

FAIXA ETÁRIA (%)		ESCOLARIDADE (%)		ESTADO CIVIL (%)	
19 a 29 anos	50	1ª a 4ª série	53,4	Solteiro	53,4
30 a 39 anos	26,6	5ª a 8ª série	23,4	Casado	46,6
40 a 50 anos	23,3	Ensino médio	16,6		
		Não frequentou a escola	6,6		

Fonte: Pesquisa direta, dez/2010-jan/2011

O segundo grupo que mais se destaca é a dos trabalhadores de 30 a 39 anos. Dentre esses, a maioria é casada e tem família para sustentar. Saem em busca de melhores condições de vida, o que é almejado com a renda que adquirem no corte de cana, que também complementa a renda familiar. O terceiro grupo, de 40 a 50 anos, encaixa-se nas mesmas condições do anterior. A diferença é que são mais experientes e já realizam esse deslocamento há muitos anos.

Pode-se perceber ainda na tabela 1 que grande parte desses trabalhadores possui um nível de escolaridade muito baixo, 1ª a 4ª série do ensino fundamental, 53,3%, a 5ª a 8ª série deste mesmo nível, 23,3% o que os torna mais vulneráveis à necessidade de trabalho e renda. Percebe-se que apenas uma minoria já cursou o ensino médio, 16,6%. E há ainda o grupo dos que nunca frequentaram a escola. Conforme as entrevistas, esses não tiveram a oportunidade de frequentá-la, porque foram criados desde cedo na lavoura, ajudando os pais.

Sobre as atividades econômicas realizadas pelos trabalhadores migrantes na cidade de origem, conforme a tabela 2, a mais citada foi o trabalho na roça, (agricultura) 13 vezes citada e dos que não exercem nenhuma atividade econômica na cidade de Timbiras, 15 vezes citada.

Tabela 2 – Atividade econômica exercida pelo migrante na cidade de origem

ATIVIDADE ECONÔMICA NA CIDADE	Nº DE VEZES CITADO
Agricultura – roça	13
Diárias e bicos	3
Servente de pedreiro	2
Nenhuma atividade econômica	15

Fonte: Pesquisa direta, dez/2010-jan/2011

Dessa análise, pode-se inferir que, em um primeiro momento, grande parte desses trabalhadores são oriundos da lavoura, ou seja, trabalham cultivando a terra, seja ela sua ou arrendada. Essa agricultura é do tipo de subsistência e sazonal, logo, o trabalhador só produz o suficiente para o sustento de sua família, não gera excedentes e fica sem trabalho após a entressafra.

Em um segundo momento, vê-se que metade dos entrevistados não exerce nenhuma atividade econômica na sua cidade de origem. Isso reflete quanto é pequena a ligação do migrante com o espaço em que vive. Dessa maneira aumenta mais ainda a necessidade da saída em busca de trabalho. Um número pequeno de trabalhadores (2 a 3) ainda exercem outras atividades como serventes de pedreiro e trabalhos temporários, chamados de “bicos”, que não geram estabilidade para o trabalhador.

No cerne dessas questões, é importante considerar que a maioria desses trabalhadores, 74% dos entrevistados, possui família própria e, normalmente o marido sai deixando a mulher cuidando dos filhos. Segundo Carneiro e Soares (2009), esse aspecto da migração tem repercussão forte na vida das mulheres que migram e daquelas que ficam nos municípios, aguardando a volta dos maridos, pais, irmãos e amigos.

Segundo depoimento colhido em documentário (MIGRANTES, 2007), um trabalhador afirma o seguinte: “num quero ver meus filhos roubarem ou andarem nus, o jeito que tem é ir...”. Ou seja, a necessidade não é o fator determinante, mas obriga esses trabalhadores a migrarem para São Paulo.

A tabela 3 mostra as informações sobre a composição quantitativa da família desses trabalhadores. Conforme os dados obtidos, 43,3 possuem uma família composta

por 1 a 4 pessoas; 30%, por 5 a 8 pessoas e 26,6% não têm família, são solteiros. A maioria dos entrevistados, 73,35, possuem família, pessoas que dependem do trabalho e da renda obtida pelo chefe de família para satisfação de suas necessidades básicas. Diante das dificuldades impostas, o pai de família é obrigado a emigrar para que seus dependentes não passem necessidades (alimentação, saúde, vestuário, educação), como eles mesmos relataram “eu sei que lá num é mole, mas tenho que ir, por que ficar aqui é pior”, disse um migrante.

Tabela 3: Composição quantitativa da família dos migrantes

Número de pessoas	F	%
1 a 4	13	43,3
5 a 8	09	30,0
Não tem família	08	26,6
Total	30	100

Fonte: Pesquisa direta, dez/2010-jan/2011

Quando indagados se têm acesso aos programas sociais, à assistência social do governo federal, 54% dos entrevistados são assistidos por programas sociais e 46% não têm essa assistência. O Bolsa Família foi o programa mais citado.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2006), o Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Programa integra o Fome Zero que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome.

A tabela 4 contém informações acerca do nosso objeto de estudo. O que leva esses trabalhadores a se deslocarem de suas terras para lugares tão longínquos? Essa indagação parece ter fácil resposta, porém várias foram as respostas colhidas. As duas categorias mais citadas foram a complementação de renda (13 vezes citada), seguida da busca de trabalho e emprego (7 vezes citada), melhores condições de vida (6 vezes citada) e ganhar dinheiro (4 vezes citada).

Tabela 4: Motivos da migração dos trabalhadores para São Paulo

MOTIVOS DA MIGRAÇÃO SAZONAL	Nº DE VEZES CITADO
Buscar trabalho e emprego	7
Complementação da renda	13
Buscar meios de sobrevivência	1
Ganhar dinheiro	4
Buscar melhores condições de vida	6
Culpa do poder público	2
Falta terra para plantar	1
Não sou qualificado	1

Fonte: Pesquisa direta, dez/2010-jan/2011

O vínculo empregatício desses trabalhadores com o local de origem é muito pequeno e a fonte de renda obtida para o sustento da família também é temporário (tabela 2). Logo esses trabalhadores não encontram outra opção a não ser tornarem-se migrantes temporários. É importante destacar que a maioria deles tem baixo nível de escolaridade e não consegue inserção no mercado de trabalho moderno. Esse fato pesa muito na tomada de decisões a respeito da migração sazonal.

Quando foram indagados se a cidade de Timbiras possui ou não condições de trabalho e emprego para absorvê-los, quase todos os entrevistados disseram não existir políticas públicas voltadas para sua classe e que a infraestrutura da cidade não comporta outras atividades econômicas que possam gerar postos de trabalho. “Falta indústrias aqui e o prefeito não liga para nós”, disse um trabalhador. Outros citaram o fato de ser desqualificado ou não ter procurado emprego.

Questionou-se quanto tempo os migrantes permanecem no local de destino ou “trecho”, 97% dos entrevistados responderam que ficam até um ano. Daí serem denominados de migrantes sazonais ou trabalhadores safristas. Passam apenas o período da safra da cana e retornam quando esta finaliza. Alguns lá permanecem por um tempo mais longo, mais de dois anos, 3%, quando encontram trabalho na entressafra e, conseqüentemente, aumentam seu ganho; ou quando levam consigo a esposa e os filhos. Tabela 5.

Tabela 5 – Tempo de permanência dos migrantes no local de destino

TEMPO DE PERMANÊNCIA	F	%
Até 1 ano	29	97%
Mais de 1 ano	1	3%
Total	30	100

Fonte: Pesquisa direta, dez/2010-jan/2011

A sazonalidade da oferta de trabalho e emprego nos lugares de destino e de origem é um elemento determinante nesse movimento migratório, uma vez que essas pessoas são despossuídas dos meios necessários à produção e são obrigadas a se submeterem a condições de trabalho degradantes e extremas. Com relação ao tipo de trabalho que exercem no local de destino ou no “trecho”, como eles afirmam, todos os entrevistados dizem trabalhar no corte de cana. São cortadores de cana. Segundo Alves (2007, p.44): “os trabalhadores atualmente requeridos pelo processo de trabalho imposto no corte de cana, a partir da década de 1990, devem estar acostumadas à execução de determinadas atividades repetitivas, cansativas que requerem resistência física”.

Uma vez no local de destino, todos os migrantes foram unânimes em afirmar que habitam em casas alugadas. Muitas vezes juntam pequenos grupos para dividirem as despesas do aluguel. Levar a família fica mais dispendioso por que vão morar sozinhos e arcar com as despesas de aluguel, alimentação e vestimentas. Esta outra face do movimento migratório em estudo é benéfica aos proprietários de imóveis do local de destino do migrante, uma vez que exploram os trabalhadores, estipulando preços altíssimos dos aluguéis.

A partir dos dados da tabela 6, pode-se afirmar que a maioria dos trabalhadores, 57%, ganha mensalmente um salário de R\$ 1.000,00. Enquanto outro grupo, 43 %, chega a ganhar mais de R\$ 1.000,00 por mês.

Tabela 6: Renda bruta mensal obtida pelos migrantes no local de destino

RENDA (R\$)	f	%
Até 1000	17	57
Mais de 1000	13	43
Total	30	100

Fonte: Pesquisa direta, dez/2010-jan/2011

Sobre a renda, há dois aspectos a considerar. Primeiro, a produtividade desses trabalhadores depende da quantidade de trabalho imprimida no processo de produção. Sabendo que o corte de cana envolve um esforço físico muito grande, ocorre a perda de elementos importantes ao organismo como sais minerais, por exemplo. Essa perda necessita ser repostada em forma de carboidratos, vitaminas e suplementos alimentares, ou seja, essas pessoas precisam ter uma alimentação saudável e reforçada, ocasionando aumento nos gastos. Pois, quanto maior o volume de trabalho, maior será a produtividade. Mas, as despesas com aluguel, alimentação, vestimenta e com a família que ficou no Maranhão, a renda a que se refere a tabela 6 tende a cair pela metade ou menos.

Existem diferenças na aplicação da renda obtida pelos migrantes quando estes retornam para sua cidade. Merece destaque os gastos básicos com a família como alimentação, vestimenta e medicamentos. Isso se deve ao fato de 74% dos entrevistados possuírem família própria. Aquisição de motocicletas, compra de aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos, reforma da casa, construção da casa própria são algumas das ambições dessas pessoas que trabalham muito para melhorar as condições de vida da família. Tabela 7.

Tabela 7: Destino da renda obtida no local trabalho

DESTINO DA RENDA	Nº DE VEZES CITADO
Reforma da casa	9
Alimentação, vestimentas e medicamentos	17
Aquisição de motos	12
Eletrônicos e eletrodomésticos	12
Roça	1
Construção da casa própria	9
Investimento bancário	2
Diversão com os amigos	1

Fonte: Pesquisa direta, dez/2010-jan/2011

Outros investem no pequeno lastro de roça que deixaram aos cuidados do pai ou da esposa quando migraram, já que a época do retorno coincide com o período da capina e posteriormente da colheita. Um pequeno grupo prefere investir o dinheiro no banco ou ainda se divertir com os amigos, já que a saudade é grande devido ao tempo em que ficou em São Paulo.

Os que possuem família afirmaram que esta fica sendo mantida com uma renda que é depositada todos os meses, o que varia de R\$ 100,00 a R\$ 200,00. Desses, um pequeno grupo afirmou levar a família consigo, pois assim tem alguém para fazer as atividades domésticas para ele.

Indagou-se aos trabalhadores sobre os aspectos positivos do processo migratório, todos fizeram referência à aquisição de bens e a satisfação da volta, rever a família, os amigos, a namorada, enfim, o seu espaço de origem que se encontra modificado, pois as transformações são mais visíveis para quem sai do que para quem fica.

Considerações finais

O fenômeno migratório, seja qual for a sua natureza, sempre implica transformações no espaço geográfico e, principalmente, na vida das pessoas envolvidas em tal processo. O fenômeno que se estudou é um processo muito complexo. Porém, de acordo com a pesquisa, pôde-se comprovar as observações dantes feitas. O processo migratório agora assume uma feição mais dinâmica e os dois espaços envolvidos – os espaços de origem e de destino, os territórios migratórios – são moldados por relações dependentes e, dessa forma se acham articulados.

Atendendo aos objetivos propostos na pesquisa, pode-se afirmar que os trabalhadores envolvidos nesse processo migratório têm sobretudo baixa renda. Migram em busca, ora de melhores condições de vida, ora de complementaridade da renda familiar, ora em busca do moderno, da aquisição de bens e mercadorias consumidas pela sociedade capitalista.

Constatou-se também que ao adquirirem esses bens, os trabalhadores sentem-se transformados, diferentes de seus conterrâneos. Sentem-se modernos. Assim esse processo migratório, antes de imprimir qualquer mudança no espaço timbirensense, molda o migrante primeiro. Esse fator também se torna chamativo, sobretudo para os mais jovens.

Os migrantes saem de seus locais de origem devido à falta de emprego, assistência por parte do poder público e por não possuir instrução para ingressar em outras profissões. Esse movimento de saída e retorno tem reflexos diretos na organização espacial da cidade, uma vez que boa parte da renda obtida no trabalho canavieiro é aplicada na produção do espaço local, construção e reforma de casa, compra de terrenos para a casa própria, além da movimentação do comércio local.

Esses trabalhadores migrantes que mantêm uma vida simples em sua terra natal são os mesmos que, com seus braços fortes, ajudam a impulsionar o mercado dos “biocombustíveis sustentáveis” e sempre passam despercebidos pelos holofotes da mídia no processo. É a chamada exploração do trabalho canavieiro, onde o ganho é por produção e a resistência física vai aos limites e às vezes não vive para rever a família que ficou no Maranhão.

Notas

1. Pesquisa realizada para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso- TCC e apresentado como requisito para conclusão do curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão- UEMA, Centro de Estudos Superiores de Caxias- CESC, em julho de 2011.
2. Licenciado em Geografia e Professor da rede Pública Estadual de Ensino do Estado do Maranhão.
3. Orientadora. Professora Doutora em Geografia pela UFS. Professora Adjunta da Universidade Estadual do Maranhão e da Universidade Estadual do Piauí. Professora do Curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Piauí-UFPI. Coordenadora do Núcleo de Estudo e Pesquisas Rurais e Regionais- NUPERRE-UESPI/CNPq.

Referências

- ALVES, F. *Por que morrem os cortadores de cana?* Disponível em: www.pastoraldomigrante.org.br. Acesso em 20 de maio de 2009.
- AZEVEDO, José Roberto Nunes de. THOMAZ JUNIOR, Antônio. **O cenário das migrações na atividade canavieira sul-mato-grossense. Revista Pegada** – vol. 9, nº 2. dez-2008.
- BAENINGER, Rosana. **Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI.** Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2008.
- BASSEGIO, Luiz (apresentação). **O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio: desafios pastorais.** Petrópolis – RJ, Vozes, 1998.
- BRITO, Fausto. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

CAMPOS, Fábio Henrique. **A indústria de curtimento de couro em Presidente Prudente: a relação sociedade/natureza em questão.** São Paulo: Editora Viena: 2006.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Deslocamento temporário e superexploração dos trabalhadores de Timbiras em empresas do complexo sucroalcooleiro do estado de São Paulo.** 2005.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio; SOARES, Vinicius. **Migração e desenvolvimento local: estudo sobre os usos dos recursos acumulados no trabalho canavieiro pelos migrantes do município de Timbiras-MA.** São Luís, v. 16, n. 2, abr./jul. 2009.

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e geografia.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

DUARTE, Daniele Almeida. LÚZIO, Cristina Amélia. **(DES) territorialidade: caminhos percorridos por trabalhadores sujeitos ao processo migratório interno e sua relação subjetiva com o trabalho.** 2004. Disponível em <http://www.estudosdotrabalho.org>. Acesso em 20 de março de 2009.

GONCALVES, Alfredo José. **Migrações Internas: evoluções e desafios.** Estudos avançados. [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 173-184. ISSN 0103-4014.

IBGE. **Contagem da População – 2010.** Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 23 de maio de 2011.

LOPES, Rodrigo Bandeira. **Migrações no espaço mundial e no Brasil,** 2001. Disponível em <http://pessoal.educacional.com.br>. Acesso em 30 de Abril de 2011.

MARINHO, Karlene Carvalho. **“Quintal da Usina”:** recrutamento de trabalhadores (as) em Timbiras/MA para o trabalho na lavoura de cana em São Paulo. 2007. Monografia (graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2007.

MARINUCCI, Roberto; MILESI, Rosita. **O fenômeno migratório no Brasil,** Brasília-DF, novembro de 2002.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo.** Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

MATTOSO, Jorge. **Tecnologia e emprego: uma relação conflituosa.** São Paulo Perspectiva. [online]. 2000, vol.14, n.3, pp. 115-123. ISSN 0102-8839.

MENEZES, Maria Lúcia Pires. **Tendências atuais das Migrações Internas no Brasil.** Scripta Nova, nº 69, 1 de agosto de 2000.

NEVES, Bruno Miranda et al. **Dimensões históricas do trabalho.** Revista da Rede de Estudos do Trabalho. Ano II. Nº 3. 2008. Marília (SP), UNESP. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org>. Acesso em 20 de abril de 2011.

NOVAES, J. R.; ALVES, F. J. C. (Orgs.). **Migrantes:** trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EDUFSCAR, 2007.

NOVAES, J. R.; ALVES, F. J. C.; VIDAL, Cleisson. **Migrantes.** (vídeo-documentário). Maranhão, Piauí e São Paulo. Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do Piauí, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal de São Carlos, 2007.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. O processo de reordenamento territorial e produtivo do capital agroindustrial canavieiro e a nova geografia do trabalho migrante no Brasil. **Comunicação livre na VIII jornada do trabalho**, UNESP - 29 a 31 de outubro de 2010, 18 p. Disponível em www4.fct.unesp.br/ceget . Acesso em 09 de abril de 2011.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do Século XXI. Rio de Janeiro. Record, 2001.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Expropriação da terra, violência e migração:** camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo. Cadernos CERU, São Paulo, v. 19, n. 1, jun. 2008. Disponível em http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-45192008000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 27 jan. 2011.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego:** diagnóstico e alternativas. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: **Economia política da urbanização.** 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. CARVALHO, Marcelo Dornelis. CARVALHO, Terezinha Brumatti (orgs). **Geografia e trabalho no século XXI.** Santa Cruz do Rio Pardo, SP: editora Viena, 2006.

TIMBIRAS, Prefeitura Municipal de. CRE/SEEDUC. **Timbiras:** a vida e progresso simbolizam um ideal. – São Luis, 1992.

Recebido em 24/04/2012 Aceito para publicação em 27/12/2012.
